

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT

CONCURSO PÚBLICO EDITAL – 01/2015

Cód. 50 – Assessor Técnico Especial - Advogado

1. Normas constitucionais de princípio institutivo são aquelas:
 - A) que possuem aplicabilidade indireta e mediata, só podendo ser aplicada com o advento de norma regulamentadora posterior.
 - B) que impõem ao Estado o cumprimento de certos fins, a consecução de certas tarefas de forma a realizar certos princípios ou objetivos, fazendo surgir, por consequência, a necessária proteção dos interesses subjetivos que daí dimanam.
 - C) através das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estruture em definitivo, mediante lei.
 - D) que estabelecem apenas uma finalidade, um princípio, mas não impõe propriamente ao legislador a tarefa de atuá-la, mas requer uma política pertinente à satisfação dos fins positivos nela indicados.

2. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre:
 - A) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública, em todos os níveis federativos.
 - B) servidores públicos da União, Territórios e Estados-Membros, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
 - C) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta, em todos os níveis federativos.
 - D) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

3. A Constituição Federal admite a edição de medidas provisórias sobre matéria:
 - A) relativa a direito tributário e civil.
 - B) relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
 - C) relativa a partidos políticos e a direito eleitoral.
 - D) relativa a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

4. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
 - A) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregados pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
 - B) os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
 - C) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho ou da prestação de serviços.
 - D) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangida a administração pública direta e indireta dos entes federativos, nas quais figurem, como reclamantes, servidores detentores de cargos ou empregos públicos.

5. Compete aos Municípios, dentre outras atribuições:
 - A) legislar sobre juntas comerciais e custas de serviços administrativos e forenses.
 - B) criar, organizar e suprimir bairros, distritos e municípios contíguos, observada a legislação estadual.
 - C) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
 - D) exercer com autonomia os limites de sua competência legislativa concorrente.

6. No que diz respeito ao Município, assinale a alternativa que se encontra em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal.
- A) A Constituição Federal autoriza a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - B) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixa de prevalecer por decisão de maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
 - C) As contas dos Municípios devem permanecer, durante noventa dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação.
 - D) A fiscalização do Município deve ser exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
7. No que diz respeito à locação de imóveis urbanos, pode ser afirmado o que segue:
- A) A cessão da locação, a sublocação e o empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, dependem do consentimento prévio e escrito do locador.
 - B) Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente pode denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, sem qualquer ressalva.
 - C) O fiador pode exonerar-se das suas responsabilidades no prazo de 30 (trinta) dias contado do recebimento da comunicação oferecida pelo sub-rogado, ficando responsável pelos efeitos da fiança durante 180 (cento e oitenta) dias após a notificação ao locador.
 - D) Em casos de separação de fato, divórcio ou dissolução da união estável, a locação residencial se interrompe automaticamente, sendo permitida a permanência do cônjuge ou companheiro no imóvel somente com a anuência do locador.
8. Constitui ofensa aos direitos autorais:
- A) a reprodução de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros.
 - B) a reprodução em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza.
 - C) feita sob a forma de representação teatral ou de execução musical, quando realizada em estabelecimentos de ensino, mesmo que exista intuito de lucro.
 - D) a reprodução na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos.
9. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:
- A) for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de bens para industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 40% (quarenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade.
 - B) for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 10% (dez por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade.
 - C) a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas.
 - D) verificada a falta de comunicação de exclusão facultativa.
10. No que concerne à ação de alimentos, assinale a alternativa INCORRETA.
- A) A ação de alimentos é de rito especial, independente de prévia distribuição e de anterior concessão do benefício de gratuidade.
 - B) A impugnação do direito à gratuidade suspende o curso do processo de alimentos e deve ser feita nos próprios autos.
 - C) A produção inicial de documentos probatórios se faz dispensada quando estiverem em poder do obrigado, as prestações alimentícias ou de terceiro residente em lugar incerto ou não sabido.
 - D) Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição, nos termos da lei.
11. No que concerne à desconsideração da personalidade jurídica no direito do consumidor, pode ser afirmado que:
- A) a desconsideração deve ser efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocada por administração escorregada.
 - B) a pedido da parte interessada, o juiz deve determinar que a efetivação da responsabilidade da pessoa jurídica recaia sobre o acionista controlador, o sócio majoritário, os sócios-gerentes, os administradores societários, vedada a sua incidência a grupo societário.
 - C) as sociedades integrantes dos grupos de sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor.
 - D) o juiz pode desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

12. Apresenta-se como finalidade básica do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê – CONDEMAT, no âmbito da Inclusão Social e dos Direitos Humanos:
- A) desenvolver ações em favor das minorias e contra quaisquer discriminações.
 - B) promover a união e a solidariedade entre os municípios para discussão e busca de solução dos problemas comuns e regionais com ajuda mútua entre eles.
 - C) promover, direta ou indiretamente, ações de planejamento, execução, coordenação e acompanhamento de medidas para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da região.
 - D) representar o conjunto de Municípios que o integram, em matéria de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais, mediante decisão da Assembleia Geral.
13. De acordo com o estabelecido no Estatuto da Cidade, apresentam-se como institutos jurídicos e políticos qualificados como instrumentos da política urbana:
- A) a gestão orçamentária participativa e o estudo prévio de impacto de vizinhança.
 - B) o zoneamento ambiental e a contribuição de melhoria.
 - C) a regularização fundiária e a transferência do direito de construir.
 - D) o plano diretor e o estudo prévio de impacto ambiental.
14. Haverá inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição, especialmente:
- A) na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.
 - B) para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
 - C) na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
 - D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
15. Apresenta-se como parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial urbana:
- A) como substituto processual, a Defensoria Pública, desde que autorizada pelos representados.
 - B) o possuidor, em litisconsórcio superveniente.
 - C) o Poder Público, em estado de posse individualizada.
 - D) como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, ainda que não tenha sido regularmente constituída.
16. São elementos eventualmente discricionários dos atos administrativos:
- A) motivo e objeto.
 - B) forma e finalidade.
 - C) competência e forma.
 - D) finalidade e forma.
17. A delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, denomina-se:
- A) concessão de serviço público.
 - B) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.
 - C) permissão de serviço público.
 - D) concessão patrocinada.
18. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável, dentre outras, as seguintes categorias de unidade de conservação:
- A) a Floresta de Desenvolvimento Sustentável e a Área de Impacto Ambiental.
 - B) a Reserva Extrativista e a Reserva de Fauna.
 - C) a Área de Proteção Ambiental e a Zona de Proteção Especial.
 - D) a Floresta Comum do Patrimônio Natural e a Reserva Especial Florestal.

19. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com determinadas diretrizes constitucionais. Nesse sentido, assinale a alternativa que se encontra em contrariedade com os princípios regentes do SUS:
- A) integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
 - B) integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
 - C) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.
 - D) centralização político-administrativa, com múltiplas direções em cada esfera de governo.
20. As entidades governamentais de atendimento que descumprirem as determinações do Estatuto do Idoso estão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, dentre outras, às seguintes penalidades:
- A) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.
 - B) repreensão escrita ou multa.
 - C) fechamento de unidade ou interdição de programa.
 - D) interdição de unidade ou suspensão de programa.
21. Apresenta-se como fase do licenciamento ambiental:
- A) Licença de Operação (LO) – documento que autoriza o início do funcionamento do empreendimento/obra, das atividades produtivas; é concedida após vistoria destinada a verificar se todas as exigências foram atendidas.
 - B) Licença de Instalação (LI) – documento que deve ser solicitado na fase de planejamento da alteração ou ampliação do empreendimento; tal expediente aprova a viabilidade ambiental e estabelece as exigências técnicas para o desenvolvimento do projeto.
 - C) Licença Prévia (LP) – é o expediente que homologa ou aprova os projetos; trata-se do documento que autoriza o início da obra de implantação do projeto; é concedida depois de atendidas as condições da Licença de Instalação.
 - D) Licença de Implantação (LI) – documento de natureza e perfil técnico-científico que traz o diagnóstico ambiental, a análise de impactos e suas medidas compensatórias.
22. No que concerne ao tema do sequestro de rendas públicas, assinale a alternativa INCORRETA.
- A) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.
 - B) O sequestro de rendas públicas aplica-se quando o detentor de precatórios, percebendo a ocorrência de uma omissão de inclusão do seu crédito no orçamento, no prazo convencional, requisita ao juiz monocrático que o faça.
 - C) O sequestro de rendas públicas é o instrumento colocado a disposição do detentor de precatório preterido em seu direito de precedência, ou que teve seu precatório não incluído no orçamento respectivo, ou que deixou de receber a parcela de seu crédito anteriormente parcelado e vencido, para por meio do Poder Judiciário ver a ordem de precatórios restabelecida.
 - D) As dotações orçamentárias e os créditos abertos devem ser consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.
23. O Código de Processo Civil Brasileiro preceitua que, durante as férias e nos feriados, não devem ser praticados determinados atos processuais; nesse sentido, apresenta-se como confirmação dessa regra:
- A) a abertura de testamento e a nunciação de obra nova.
 - B) o depósito e a arrecadação.
 - C) a contestação e as demais formas de resposta do réu.
 - D) a produção antecipada de provas.
24. Suspende-se o processo civil:
- A) quando tiver por pressuposto o julgamento de questão de direito, requerido como condição de presunção relativa ou absoluta.
 - B) quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto secundário de outro processo pendente.
 - C) quando a decisão judicial não puder ser proferida senão antes de verificado determinado fato, e de produzida certa prova, solicitada a outro órgão público.
 - D) pela convenção das partes.

25. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:
- quando o magistrado acolher a alegação de incompetência absoluta ou relativa do juízo.
 - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.
 - quando ficar parado durante mais de 180 (cento e oitenta) dias por negligência das partes.
 - quando a ação for considerada transmissível por disposição legal.
26. Deve ser observado o procedimento sumário nas causas, qualquer que seja o valor:
- de cobrança de honorários dos profissionais liberais, sem qualquer ressalva.
 - que versem sobre revogação de alienação.
 - de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
 - de arrendamento ou locação de prédio urbano.
27. De acordo com o preceituado na Lei da Ação Popular, pode ser afirmado que:
- o vício de forma fica caracterizado quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
 - a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
 - a ilegalidade do objeto consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
 - a incompetência ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
28. Em sede de legislação financeira e orçamentária, integram a receita patrimonial:
- as Participações e os Dividendos.
 - as Transferências de Capital.
 - as Operações de Crédito.
 - os Impostos e as Taxas.
29. Considerando-se as disposições da legislação financeira e orçamentária, classificam-se como Transferências Correntes:
- os Auxílios para Obras Públicas e a Concessão de Empréstimos.
 - a Aquisição de Títulos Representativos de Capital e os Auxílios para Equipamentos e Instalações.
 - as Subvenções Sociais e as Contribuições de Previdência Social.
 - os Auxílios para Inversões Financeiras e as despesas com Material Permanente.
30. De acordo com o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não pode exceder a percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
- *União: 50% (cinquenta por cento);*
 - *Estados: 60% (sessenta por cento);*
 - *Municípios: 60% (sessenta por cento).*
- Na verificação do atendimento dos limites acima definidos, devem ser computadas as despesas:
- relativas a incentivos à demissão voluntária.
 - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.
 - de indenização por demissão de servidores ou empregados.
 - decorrentes do pagamento de gratificações ou de adicionais previstos em lei.
31. Apresenta-se, dentre outras, como fonte primária do Direito Tributário:
- a Ordem de Serviço.
 - o Decreto Legislativo.
 - a Instrução Ministerial.
 - o Decreto Regulamentar.

32. Relativamente ao tema da "competência tributária", assinale a alternativa INCORRETA.
- A) A atribuição das funções de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
 - B) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
 - C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
 - D) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
33. No que diz respeito aos privilégios e garantias relacionados ao crédito tributário, pode ser afirmado que:
- A) a indisponibilidade de bens e direitos em execução fiscal é decretada de ofício pelo juiz, desde que o devedor tenha sido devidamente citado e não tenha oferecido bens para garantir a execução e não forem encontrados bens suficientes para tanto.
 - B) a indisponibilidade de bens e direitos do devedor decorre da decretação, de ofício pelo juiz, da fraude à execução, que ocorre quando existe alienação de bens que reduzam o devedor à insolvência após a citação válida, ainda que por edital.
 - C) o juiz deve decretar a indisponibilidade de todos os bens e direitos do devedor que se encontra em local incerto e não sabido e é citado por edital em sede de execução fiscal.
 - D) a fraude à execução fiscal tem seu termo inicial a partir do despacho do juiz que ordena a citação.
34. Apresenta-se, dentre outras, como conduta descrita como crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
- A) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
 - B) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.
 - C) praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.
 - D) deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro.
35. Configura crime de "falsificação de papéis públicos", a conduta de "falsificar, fabricando ou alterando":
- A) carteira de identidade ou passaporte.
 - B) selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo.
 - C) carteira de trabalho ou nota promissória.
 - D) carteira de motorista ou diploma emitido por Universidade Pública.
36. O perdão, no processo penal ou fora dele, expresso ou tácito:
- A) se concedido a qualquer dos querelados, somente a este aproveita.
 - B) se o querelado o recusa, ainda assim produz efeito.
 - C) se concedido por um dos ofendidos, não prejudica o direito dos outros.
 - D) é admissível, ainda que tenha passado em julgado a sentença condenatória.
37. No que se refere ao tema da ação penal, assinale a alternativa INCORRETA.
- A) A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.
 - B) No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - C) Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes, se deva proceder por iniciativa do Ministério Público.
 - D) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Advogado Geral da União.
38. Em atenção ao estabelecido pela CLT, o contrato de trabalho por prazo determinado:
- A) pode ser prorrogado, expressa ou tacitamente, por no máximo três vezes.
 - B) não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, ou, no caso de contrato de experiência, não poderá ser estipulado por mais de 90 (noventa) dias.
 - C) deve ser considerado por prazo indeterminado se suceder, dentro de um ano, a outro contrato por prazo determinado.
 - D) pode ser celebrado livremente pelas partes, para qualquer tipo de atividade empresarial.

39. A respeito do tema da “sucessão de empregadores”, assinale a alternativa INCORRETA.
- A) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa implica na afetação e possível alteração dos contratos de trabalho dos respectivos empregados.
 - B) fala-se em sucessão de empregadores, quando ocorre mudança na propriedade da empresa ou alguma alteração significativa na sua estrutura jurídica, sendo que a empresa continua utilizando-se dos serviços dos empregados da sucedida.
 - C) o contrato de trabalho é firmado entre o trabalhador e a empresa, independente dos seus titulares e sua eventual mudança ou alteração, por isso diz-se que é impessoal em relação a quem se encontra à frente do empreendimento.
 - D) Para que exista a sucessão de empregadores, dois são os requisitos indispensáveis: que um estabelecimento como unidade econômica passe de um para outro titular; e que a prestação de serviço pelos empregadores não sofra solução de continuidade.
40. Consoante o estabelecido pela legislação trabalhista, não integram o salário do empregado:
- A) os abonos pagos pelo empregador.
 - B) as gratificações ajustadas.
 - C) as ajudas de custo.
 - D) as comissões.
41. Consideram-se como salário, as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:
- A) alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações in natura que o empregador, por força do contrato ou do costume, fornece habitualmente ao empregado.
 - B) educação em estabelecimento de ensino próprio, compreendendo a anuidade, a mensalidade, a matrícula e o material didático.
 - C) assistência odontológica, médica e hospitalar prestada diretamente ou mediante convênio médico.
 - D) equipamentos e vestuários, fornecidos aos empregados e utilizados para prestação do serviço, no local de trabalho.
42. São características presentes no contrato de trabalho:
- A) onerosidade, continuidade, subordinação e pessoalidade.
 - B) independência funcional, pessoalidade, continuidade e onerosidade.
 - C) continuidade, confidencialidade, subordinação e pessoalidade.
 - D) exclusividade, subordinação, continuidade e pessoalidade.
43. No que diz respeito às eleições sindicais, pode ser afirmado que:
- A) poderão ser eleitos para cargos administrativos ou permanecer no exercício desses cargos os que estiverem, desde 2 (dois) anos antes, no exercício efetivo da atividade dentro da base territorial do Sindicato.
 - B) não havendo protesto na ata da Assembleia Eleitoral ou recurso interposto por algum dos candidatos, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data das eleições, a posse da Diretoria eleita independe da aprovação das eleições pelo Ministério do Trabalho.
 - C) as eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal devem ser realizadas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias, após o término do mandato dos dirigentes em exercício.
 - D) nas eleições para cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal devem ser considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria simples dos eleitores associados presentes na primeira assembleia eleitoral.
44. Consoante o previsto na Lei Orgânica do Município de Arujá, compete ao Município concorrentemente com a União e com o Estado, dentre outras atribuições:
- A) prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.
 - B) exigir, para a execução de obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, estudo prévio dos respectivos impactos ambientais.
 - C) fomentar a construção de moradias para a população de baixa renda e promover o saneamento básico.
 - D) instituir regime jurídico único para os servidores da Administração Pública Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, bem como respectivos planos de carreira.
45. De acordo com o expressamente estabelecido pela Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o crime de racismo previsto no art. 5º, inciso XLII da Constituição Federal, quando devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, deverá ser punido, no âmbito municipal:
- A) com a imposição de pena privativa de liberdade, de um a quatro anos.
 - B) com a aplicação de pena pecuniária (multa) proporcional ao dano causado.
 - C) com a imposição de pena restritiva de direito, consistente na prestação de serviços à comunidade local.
 - D) com a cassação do alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura, quando o agente for proprietário ou responsável legal pelo estabelecimento, ou agir por sua orientação.

46. A Lei Orgânica do Município de Suzano determina ser vedado ao Vereador, desde a posse:
- A) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, em especial, quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes.
 - B) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual ou municipal.
 - C) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerados ou não, em autarquia ou em concessionária de serviço público, sem qualquer ressalva.
 - D) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa situada nos limites geográficos do Município de Suzano.
47. Em conformidade com o previsto no Estatuto do Servidor Público de Itaquaquecetuba, relativamente aos cargos públicos, pode ser afirmado que:
- A) os cargos isolados são exclusivamente de provimento efetivo, devendo obedecer ao previsto em sua lei criadora.
 - B) os cargos e empregos públicos são acessíveis aos brasileiros, vedado o seu acesso aos estrangeiros.
 - C) os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
 - D) os cargos de carreira podem ser de provimento efetivo, vitalício ou temporário.
48. A lei que dispõe sobre o regime jurídico estatutário do Município de Santa Isabel se aplica, dentre outros:
- A) aos empregados das fundações de direito privado instituídas pelo Município de Santa Isabel.
 - B) aos servidores temporários contratados por excepcional interesse público junto ao Município de Santa Isabel.
 - C) aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão das fundações públicas do Município de Santa Isabel.
 - D) aos empregados das sociedades de economia mista e das empresas públicas municipais de Santa Isabel.
49. Em conformidade com o estabelecido no Código Tributário do Município de Ferraz de Vasconcelos, para o efeito de incidência do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, deve ser considerado terreno, o solo:
- A) que contenha construção de natureza provisória, que possa ser removida mediante alteração.
 - B) que contenha construção permanente apta ao exercício de atividade não lucrativa, sem qualquer ressalva.
 - C) que contenha construção de natureza temporária, que possa ser removida mediante destruição.
 - D) sem benfeitorias ou edificação.
50. Lei Municipal editada pela Câmara de Vereadores da Estância Turística de Salesópolis dispõe sobre a concessão de autorização para o Executivo Municipal assinar Termo de Constituição do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê – CONDEMAT; em seu texto consta que:
- A) o CONDEMAT tem por objetivo promover o desenvolvimento parcial e regionalizado, de forma sustentável e com equidade social, dos Municípios e Distritos da Área do Alto Tietê.
 - B) o CONDEMAT deve articular as ações públicas federais, estaduais e municipais, com apoio nas organizações da sociedade civil e da iniciativa privada, focando-se na busca da realização plena do valor da pessoa humana.
 - C) o CONDEMAT deve atender os Municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano, exclusivamente.
 - D) o CONDEMAT possui sede e foro no Município de Guarulhos e seu prazo de duração é por tempo ilimitado.